



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO  
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV - NO  
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB**

**THÚLIO LIMEIRA SOUZA BISPO**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2017**

**THÚLIO LIMEIRA SOUZA BISPO**

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO  
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV - NO  
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Graduação em Administração, ministrado na  
Universidade Estadual da Paraíba, em  
cumprimento às exigências para a obtenção do  
título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Waleska Silveira Lira

CAMPINA GRANDE – PB  
2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B621a Bispo, Thúlio Limeira Souza  
Análise dos impactos socioeconômicos e ambientais do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV - no município de Campina Grande-PB [manuscrito] / Thulio Limeira Souza Bispo. - 2017.  
27 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.  
"Orientação: Profa. Dra.Waleska Silveira Lira, Administração e Economia".  
  
1. Habitação. 2. Impacto social. 3. Impacto econômico. 4. Impacto ambiental. 5. Programa Minha Casa Minha Vida. I.  
Título. 21. ed. CDD 361.61

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO  
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV - NO MUNICÍPIO DE  
CAMPINA GRANDE-PB**

190 (dez)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 21/07/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

Waleska Silveira Lira

Prof. Dr<sup>a</sup>. Waleska Silveira Lira  
Orientadora

Viviane Barreto Motta Nogueira

Prof. Dr<sup>a</sup>. Viviane Barreto Motta Nogueira  
Membro

José Austerliano Rodrigues  
Prof. Msc. José Austerliano Rodrigues  
Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelas inúmeras bênçãos que todos o concede, pela minha vida, pelo ar que respiro e por todas as pessoas maravilhosas que Ele colocou em minha vida.

Agradeço a minha família, pelo incentivo permanente a ir mais a frente e desbravar os sonhos desejados.

A minha “Família ADM” e amigos da universidade pela amizade e companheirismo durante esses quatro anos de curso, em especial a Romário Lustosa e Andresa Cristina, pois estes foram os que acompanharam de perto a minha trajetória.

A todos os meus professores pelos ensinamentos, em especial ao minha orientadora Waleska Silveira pela confiança depositada, A José Gomes, Maria Dilma, e Luís Silva, pois estes foram os que mais me marcaram, pelo compromisso, pela ética e pela amizade construída.

À Universidade Estadual da Paraíba pelas inúmeras oportunidades a mim oferecidas, por ter colaborado com o meu crescimento e por ter me proporcionado os melhores anos da minha vida.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>7</b>
2.1 O programa minha casa minha vida.....	7
2.2 Impactos socioeconômicos e ambientais em Campina Grande.....	9
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>10</b>
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>11</b>
4.1 Dados socioeconômicos.....	11
4.2 Dimensão A - Atitudes em relação ao Meio Ambiente.....	15
4.2.1 Atitudes cotidianas para ajudar no Meio Ambiente .....	15
4.2.2- Hábitos que interferem no Meio Ambiente.....	16
4.3 Dimensão B - Quanto a responsabilidade pela preservação do Meio Ambiente.....	18
4.3.1- Entidades que tem maior responsabilidade na preservação do Meio Ambiente.....	18
4.3.2 Participação em ações para com o Meio Ambiente.....	19
4.3.3 Possíveis mudanças após a ida para os residenciais do Minha Casa Minha Vida.....	20
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>24</b>

## RESUMO

A situação habitacional no Brasil é muito deficiente e mesmo quando tem moradias, a situação destas são precárias. Visando minimizar esses problemas, o governo federal vem implementando políticas públicas voltadas para aumentar o número de famílias com acesso à moradia digna e conseqüentemente a diminuição do déficit habitacional, a exemplo, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O artigo teve como objetivo analisar os impactos socioeconômicos e ambientais do Programa Minha Casa Minha Vida nas famílias beneficiárias no Município de Campina Grande, a partir da percepção dos fatores sociais. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritiva e exploratória. Como instrumental de coleta de dados foi utilizado o questionário estruturado com questões abertas e fechadas, a partir de modelos de avaliação dos impactos de programas sociais. O universo da pesquisa foi composto por famílias assistidas pelo Projeto Minha Casa Minha Vida no Município de Campina Grande. Após o levantamento e análise de dados foi verificado que o programa mudou para melhor a vida do beneficiário, devido a conquista da casa própria, por ter deixado de pagar aluguel, por trabalhar na localidade da residência, bem como por aumento da segurança. Com base nos resultados obtidos nesta pesquisa conclui-se que o Programa Minha Casa Minha Vida é um programa que tem um impacto positivo na vida das famílias pesquisadas, e a melhoria na sua efetivação se torna cada vez mais necessária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Impacto Social. Impacto Econômico. Impacto Ambiental. Programa Minha Casa Minha Vida.

## 1 INTRODUÇÃO

A política habitacional do país tem sua jornada marcada por mudanças tanto na concepção, quanto no modelo de intervenção do poder público, mas estas mudanças não estão melhorando a situação de desigualdade social desta nação, em especial, no que tange ao problema de moradia para a população de baixa renda (REIS; COSTA; MOREIRA, 2012).

A situação habitacional é muito deficiente, e mesmo quando tem moradias, a situação destas são precárias, sendo desqualificadas desde as condições básicas, gerando diversos problemas sociais (MORAES, et al, 2017), situação esta que atinge, principalmente, famílias que possuem de 0 a 3 salários mínimos de renda mensal (BRASIL, 2004).

Há décadas que a questão habitacional no Brasil tem sido centro de discussões. O déficit habitacional pode ser definido como a necessidade de construção de novas habitações, levando em consideração a falta de moradias, tão quanto a necessidade de substituição de residências em condições precárias (FIESP, 2007).

Em 2005, o déficit habitacional brasileiro foi de 7,903 milhões de moradias, com predominância em área urbana (6,414 milhões de moradias, o que equivale a 81,2% do montante brasileiro). Em primeiro lugar no país fica a região do Sudeste que tem necessidade de 2,899 milhões de unidade, seguida pela região Nordeste, com 2,743 milhões de unidades (SHIMIZU, 2010).

O Brasil conta hoje com 84% de sua população vivendo em área urbana, com esse processo acelerado de urbanização, cresce também o grande número de moradias informais, precárias, que surgem como alternativas habitacionais para a população mais vulnerável e excluída do processo de financiamento habitacional.

O grande número de habitações surge no país como resultado do alto número de migrações do meio rural para o meio urbano desde a década de 50. No final desta década a população brasileira atingiu 70% a mais do número de pessoas existentes do país do que no início da mesma. O crescimento foi contínuo e passou de 80 milhões de pessoas na zona urbana em 1980 para mais de 160 milhões em 2010 (ROMANELLI, 2013).

Visando minimizar esses problemas, o governo federal vem implementando políticas públicas voltadas para aumentar o número de famílias com acesso à moradia digna e conseqüentemente a diminuição do déficit habitacional, a exemplo, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) lançado em 2009 com o objetivo de incentivar a produção e a aquisição de moradias dignas para a população com renda mensal de até dez salários mínimos.



A cidade de Campina Grande, que também recebe os benefícios dos investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, apresenta problemas habitacionais, não diferente da realidade da nação, que estão ligados a infraestrutura, moradias precárias, localização em áreas de risco e falta de acesso a moradia digna. Segundo Lima (2010), somente na década dos anos 80, o número de moradores em situações precárias cresceu de 31.594 para 51.010 habitantes e o número de favelas creceu de 03 para 17 favelas no município.

Diversos estudos foram realizados no sentido de analisar o PMCMV no país, no entanto, na ótica dos impactos social, econômico, ambiental e levando em consideração as percepção das famílias assistidas ainda existe uma lacuna científica a ser explorada, o que justifica a realização do presente estudo.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos socioeconômicos e ambientais do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV- no Município de Campina Grande-PB.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O Programa Minha Casa Minha Vida**

No fim do ano de 2008, a crise internacional tornou-se preocupante. Com isso, o ano de 2009 iniciou com retração econômica e com desaceleração do PIB. Neste momento, o governo federal começou a expedir medidas que incentivassem a liquidez na economia doméstica e na política cambial, afim de que o valor do dólar fosse estabilizado para que houvesse melhorias na economia (ROMAGNOLI, 2012).

Uma parte desses incentivos foram especificados no setor de construção civil e infraestrutura, visando tanto o aumento do PIB, quanto da geração de novos empregos. Maricato (2009) afirma que o estímulo a este setor trás um crescimento elevado na oferta de empregos.

Com isto, a crise internacional e a sua influência na conjuntura econômica do país tornaram-se um importante fator que levou à decisão do governo em combatê-las, para isso foi criado o Programa “Minha Casa Minha Vida”, afim de privilegiar o setor de construção civil, com objetivos de aumentar o PIB e ofertas de empregos. Claro que a face social do projeto não pode ser deixada de lado, embora, a princípio este programa tenha sido visto como anti cíclico (ROMAGNOLI, 2012).

O Programa do governo intitulado Minha Casa Minha Vida, foi elaborado através da Medida Provisória nº 459 de 25 de Março de 2009, regulamentado pelo Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009 e transformado na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, com posteriores alterações (SHIMIZU, 2010).

Em 2009, o governo federal criou o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, cujo objetivo é atender as necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade, gerar empregos através da injeção de recursos na construção civil e desta forma contribuir para o desenvolvimento do país.

O Programa teve investimentos da ordem de 34 bilhões, participando da divisão deste valor a União, o FGTS e o BNDES, e é destaque no contexto de política habitacional do país no tangente aos recursos e propostas. A quantidade de 1 milhão de moradias se destaca e dá notoriedade ao programa, mesmo ainda estando longe do número que representa o déficit, 5,6 milhões (ROMAGNOLI, 2012).

A primeira fase do programa tinha o intuito de garantir acesso a 1 milhão de moradias por famílias que possuíssem de 0 a 10 salários mínimos. Era levado em consideração que o acesso a moradia de forma regular fosse condição básica para que as famílias de baixa renda superassem suas vulnerabilidades sociais e fossem incluídas na sociedade brasileira (SHIMIZU, 2010). Em 2011, iniciou a 2ª fase do programa que tinha o objetivo de construir mais 2 milhões de moradias no Brasil (BARREIRA, 2013).

O PMCMV atua a partir de grupos de famílias que são separados de acordo com a sua renda, sendo o primeiro grupo constituído por famílias que possuem até 3 salários mínimos que é o grupo que apresenta maior representatividade no déficit habitacional, 90% da totalidade. Com esse número altíssimo o programa propõe construir 400 mil unidades a este grupo específico. Outras 600 mil casas são objetivadas construir para o grande grupo que recebem de 3 a 10 salários mínimos, o que demonstra ser injusto visto que possuem uma representatividade muito baixa em relação ao grupo anterior (ROMAGNOLI, 2012).

Para que o Programa funcionasse como o planejado, de forma efetiva, estabeleceu-se agentes para a realização do Programa e de suas funções. De acordo com Araújo e Diniz (2014) esses agentes são: 1. Governo federal (financiamento); 2. Estados e municípios (cadastramento); 3. Empreendedoras (construção); 4. Movimentos sociais (construção e acompanhamento). Sabendo-se que no Brasil, a cultura da participação da cidadania ainda é

considerada baixa, a participação do 4º agente, Movimentos Sociais, é considerada inexistente ou de forma esporádica.

As habitações de interesse social construídas na região do Estado da Paraíba têm apresentado diversos tipos de patologias como, por exemplo, a baixa qualidade dos materiais utilizados, elevado desconforto térmico, inúmeros defeitos nos acabamentos, mofo, rachaduras, projetos arquitetônicos mal concebidos, falta de urbanização.

Entretanto, apesar dos problemas, das lacunas, o programa dá mais um passo no sentido de construir políticas públicas para garantir o direito à habitação, que é o que se persegue desde o Projeto Moradia. Porém, é preciso um trabalho conjunto de todos os agentes, para que não seja reproduzido os problemas históricos quanto aos direitos à moradia, que beneficiava àqueles que menos precisavam.

A dimensão deste problema deixa claro que a questão habitacional não pode ser resolvida somente com a oferta de novas unidades, mas tem que ser uma ação holística, que envolva outras políticas, planos e programas, como ambientais, urbanas, fundiárias e de saneamento (ROMANELLI, 2013).

## **2.2 Impactos socioeconômicos e ambientais em Campina Grande**

Desde os anos 50, as cidades brasileiras tem sido palco de migrações de maneira desordenada devido a passagem em massa da população da zona rural para a zona urbana, processo este que contribui para o aumento expansivo das cidades, mas sem permitir infraestrutura e gestão urbana adequada para este tanto de pessoas, gerando assim uma má qualidade de vida e aumento na desigualdade social (NASCENTE; FERREIRA, 2007)

No início da década de 60, em 11 de Outubro de 1864, de acordo com a Lei Provincial nº 137, Campina Grande se torna Cidade. No fim do século XIX a cidade de Campina Grande possui apenas 500 casas de moradores residentes (NASCENTE; FERREIRA, 2007).

Com o passar do tempo, a cidade ia se desenvolvendo, mas apenas no início do século XX foi que houveram mudanças econômicas e a partir daí foi que as condições de vida vieram realmente acontecer de forma significativa (SOBRINHO, 2004).

O algodão foi o grande responsável pelo crescimento da cidade, pois atraiu comerciantes de todas as regiões da Paraíba e do Nordeste. Até a década de 1940 Campina era a segunda maior exportadora de algodão do mundo, atrás somente da cidade Liverpool, na Inglaterra (SOBRINHO, 2004).

Devido ao algodão, Campina viu crescer de forma rápida sua população passando de 20 mil habitantes, em 1907, para 130.000 habitantes, em 1939, o que representa um crescimento de 650% em 32 anos (SOBRINHO, 2004).

Desta forma, por ser cenário de crescimento desordenado da cidade, por receber esse contingente de pessoas sem possuir uma mão-de-obra adequada e um planejamento adequado era de se esperar que acontecesse um grande transtorno nas cidades em geral, como, colapso do transporte coletivo, congestionamento no sistema de trânsito, aumento nos processos erosivos, poluição das águas, solo e ar, assoreamento de rios e córregos, precariedade no saneamento básico, aumento do desemprego e da violência nos grandes centros urbanos (NASCENTE; FERREIRA, 2007).

É considerado impacto ambiental alterações das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que sejam causados por matéria ou energia que sejam resultantes da economia que afetem a saúde, segurança, bem estar da população e ambiente (NASCENTE; FERREIRA, 2007).

Ferreira ET AL (2005) afirma que as cidades necessitam de uma iniciativa privada e pública que tenha o objetivo de planejar e implantar de maneira a minimizar os aspectos advindos, a fim de obter sempre a igualdade social.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Buscando responder o objetivo do trabalho utilizou-se uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório. A pesquisa descritiva requer do seu usuário uma gama de informações sobre o que será pesquisado. Esse tipo de estudo visa descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Na pesquisa exploratória, o objetivo pe proporcionar maior familiaridade com o problema exposto, no intuito de explicitá-lo ou construir hipóteses. A maior parte de rais pesquisas engloba: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Essas podem ser classificadas como estudo de caso e pesquisa bibliográfica (GIL, 2007).

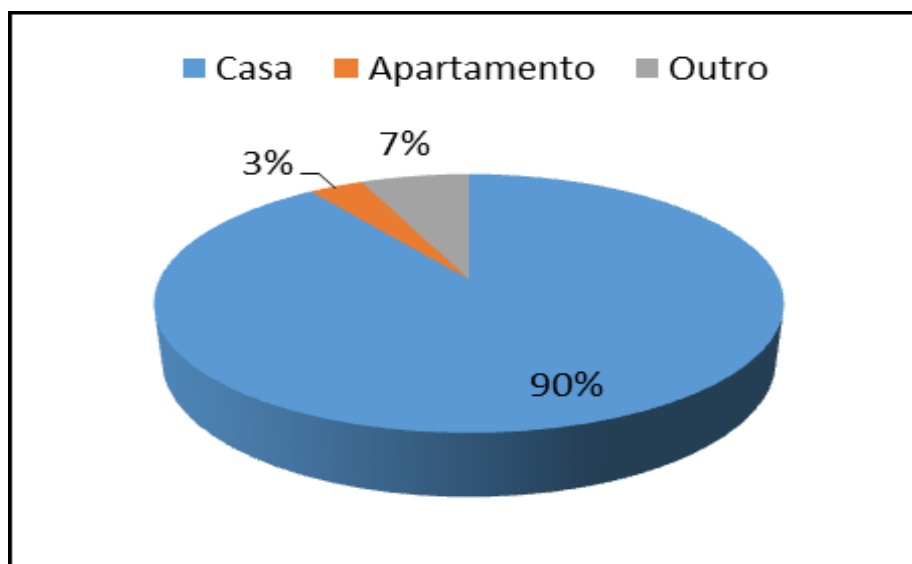
A amostra da pesquisa foi composto por 30 famílias assistidas pelo projeto Minha Casa Minha Vida no Estado da Paraíba, utilizando o critério de acessibilidade no período de julho a agosto de 2014.

Para a análise dos dados foi utilizada a estratégia metodológica de triangulação dos dados coletados através das entrevistas e questionários que abrangem tópicos socioeconômicos e ambiental (Este último dividido em duas dimensões, sobre atitudes e responsabilidades) com os atores sociais para definir os indicadores por grau de importância que permite, concomitantemente, uma maior validade dos dados e uma inserção mais aprofundada do pesquisador no contexto de onde emergem os fatos, as falas e as ações dos sujeitos.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1. Dados socioeconômicos

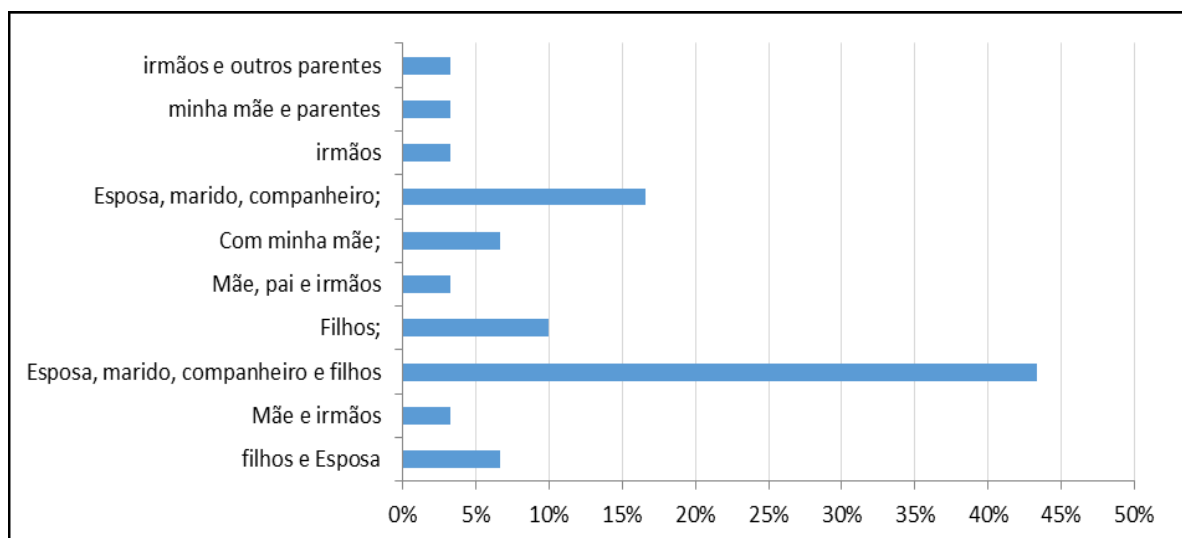
Gráfico 1: Moradia Anterior



Fonte: Pesquisa Direta, 2014

Como o gráfico “Moradia Anterior” apresenta, a maioria dos respondentes vivia em casas próprias. No entanto, as condições que estas lhes proporcionavam não eram satisfatórias, mas bem precárias. Com isso, a proposta do planejamento do PMCMV, visa atender àqueles que estão em situação de vulnerabilidade, habitando em casas precárias e que não oferecem nenhuma segurança a família.

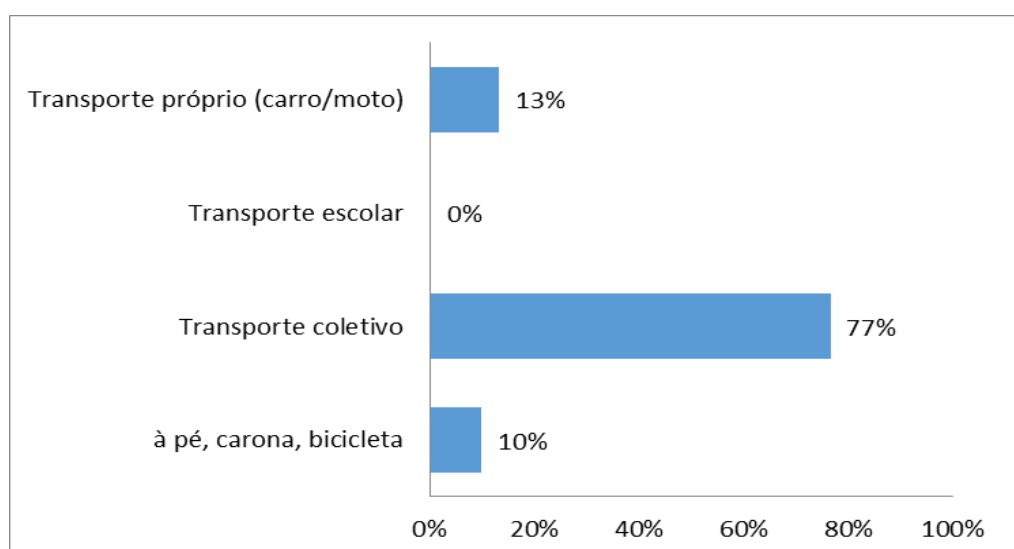
Gráfico 2: Quem mora com você?



Fonte: Pesquisa Direta, 2014

A maioria dos respondentes abordados vivem em uma situação de união estável e com filhos residentes, o que compreende uma porcentagem de 43,33%. Em segundo lugar estão as pessoas que possuem união estável, mas não tem filhos, com 16,67% e em terceiro lugar, com 10%, as pessoas que residem com filhos mas não possuem união estável com algum parceiro/companheiro. Outras variações demonstraram algumas particularidades dos beneficiários abordados como a afirmativa “Moro com minha mãe”, possuindo 6,67% dos casos, significando que nessa residência habita somente duas pessoas, aumentando a probabilidade de estarem satisfeitos com o novo lar.

Gráfico 3: Qual o principal meio de transporte que você utiliza para se deslocar?

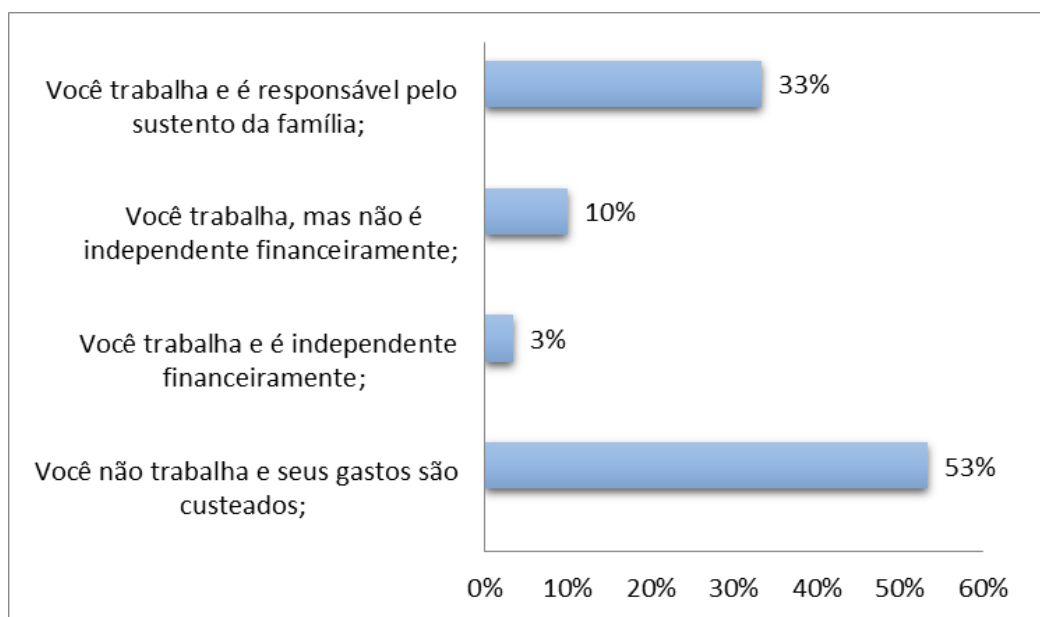


Fonte: Pesquisa Direta, 2014

Percebe-se no gráfico acima que 77% dos respondentes dependem do transporte coletivo para se deslocarem, apenas 13% possuem transporte próprio e 10% deslocam-se a pé

e/ou carona e/ou bicicleta, apesar de que nos dias atuais possuir um transporte próprio não significa ter uma qualidade de vida elevada, mas o fato de não tê-lo representa a falta de condições financeira para adquiri-lo e mantê-lo. Através deste gráfico, pode-se perceber também que o objetivo do PMCMV em atender especialmente pessoas de baixa renda, vem sendo atendido, contribuindo para sua efetividade de seu objetivo.

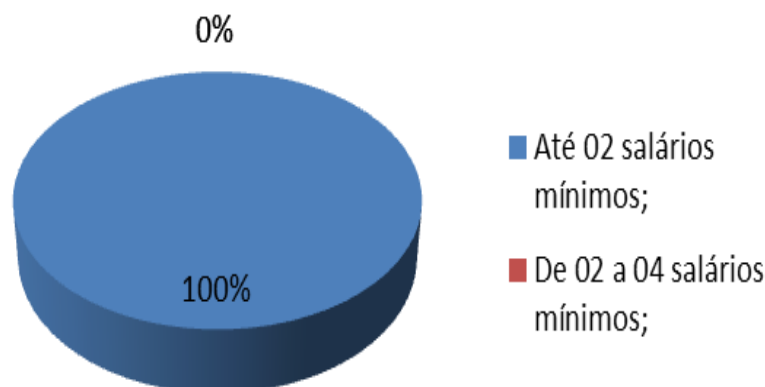
Gráfico 4: Qual é a sua participação na vida econômica de sua família?



Fonte: Pesquisa Direta, 2014

No gráfico 4, acima apresentado, mostra que 54% dos respondentes afirmaram serem custeados, ou seja, sustentados por segundos ou terceiros e isto relaciona-se com gráfico “Quem mora com você”, onde a maioria dos respondentes afirmaram residirem com a esposa ou marido/companheiro, e que na maioria das vezes as esposas trabalham no lar e os esposos provêm o sustento da casa. Essa porcentagem também é completada pelas outras afirmativas do mesmo gráfico citado acima como por exemplo: moro com “minha mãe”; “meu pai e irmãos”; “irmãos”; “irmãos e outros parentes” que demonstra o parentesco da pessoa do respondente e sua possível dependência dos outros que residem com ele. A mesma lógica aplica-se àqueles que compõe os 33% que trabalham e são responsáveis pelo sustento da família e que harmoniza-se com o mesmo gráfico já citado. Essas pessoas – em grande parte, homens adultos - estão incluídos naquela afirmativa moro com “esposa, marido e filhos” e complementados pelas afirmativas “filhos e esposa” e “filhos”. Somando essas duas porcentagens analisadas, obtém-se um valor de 87%.

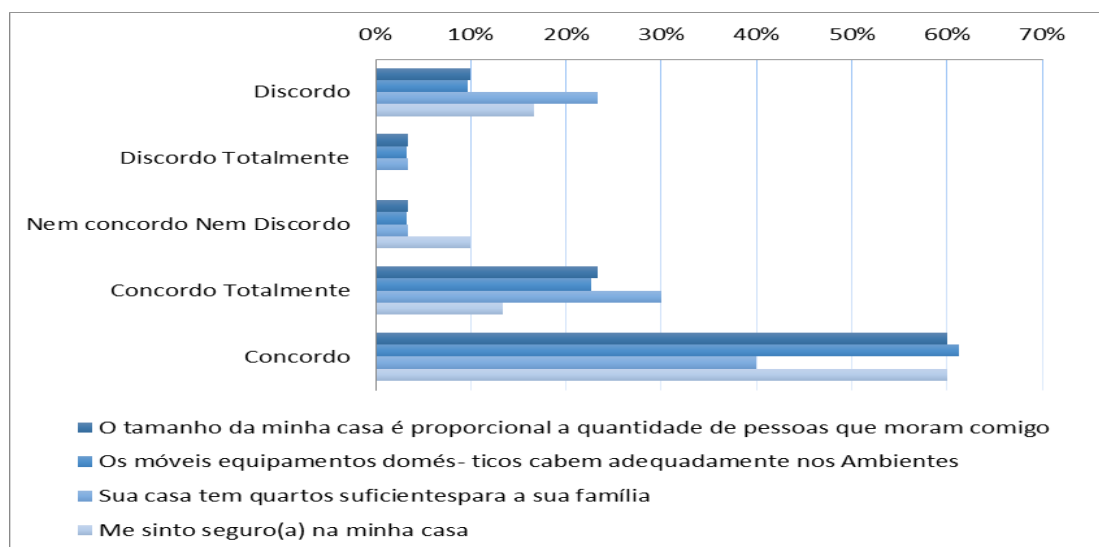
Gráfico 5: Qual a renda mensal da sua família? (Considere a renda de todos os integrantes, inclusive você)



Fonte: Pesquisa Direta, 2014

Conforme já citado anteriormente, esse gráfico demonstra que o Programa Minha Casa Minha Vida está cumprindo seus objetivos em abranger famílias inicialmente com renda familiar até três salários mínimos.

Gráfico 6: Satisfação Habitacional



Fonte: Pesquisa Direta, 2014

A satisfação dos beneficiários está bem elevada, pois a certeza de possuir uma casa própria os fazem tolerar –sem deixar de exigir - as dificuldades atuais como a falta de posto de polícia e de saúde nas proximidades do conjunto major veneziano, especificamente o 1. A Satisfação com o tamanho da casa em relação a quantidade de pessoas (a primeira afirmativa) ultrapassa os 80% dos respondentes, unindo as afirmativas concordo e concordo totalmente.



Outra afirmativa que contribui pra a satisfação deles são que os móveis cabe adequadamente na residência. Quando trata sobre se a “sua casa tem quartos suficientes para sua família”, mais uma vez isto confirma o gráfico “Quem mora com você?”, onde a maioria afirmaram residir com esposa, marido/ companheiro e filhos; e esposa, marido/ companheiro, ou seja, formado pelo casal com média de 2-3 filhos, conforme apresentado no gráfico “Quantos filhos possuem”, ou somente pelo casal. A isto soma-se aqueles que afirmam morar com “minha mãe” ou ‘irmãos”. Os que discordaram, são aqueles possuem filhos em número de quatro em diante, deixando realmente o espaço da casa (dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, distribuídos em uma área de 40,24m<sup>2</sup>) reduzido. Com relação a segurança, a maioria afirmaram que sim. Os que discordaram, afirmaram que apesar de residir dentro de um condomínio, não podiam vacilar no interior do condomínio, como por exemplo: deixando porta aberta ou deixar algum utensílio a toa na parte de fora da residência, pois facilmente pode ser desaparecer. Diante desse cuidado, a sensação de segurança é bem menor e representada no gráfico como discordo e discordo totalmente.

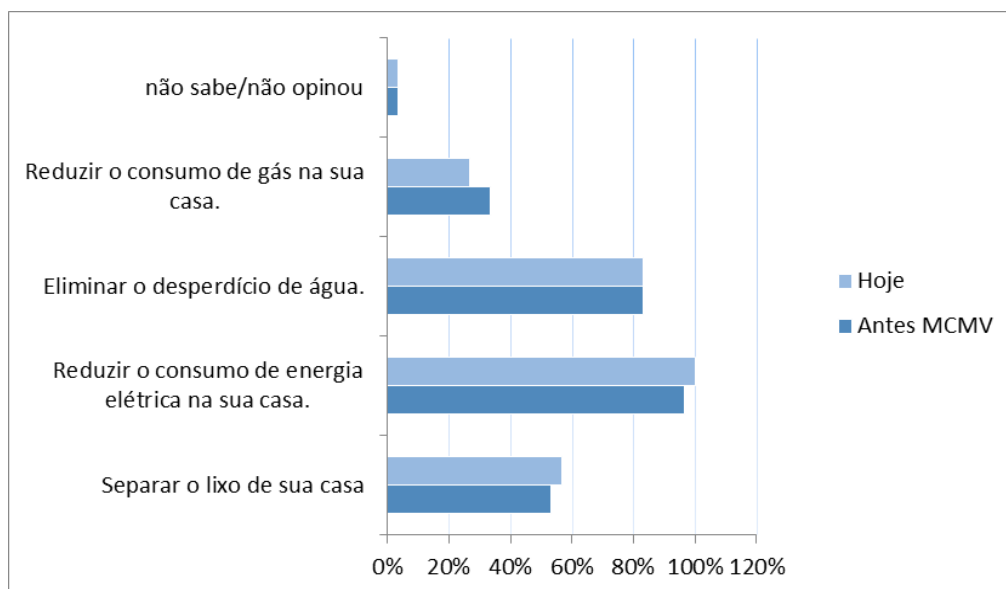
## **4.2 Dimensão A - Atitudes em relação ao Meio Ambiente**

### **4.2.1 Atitudes cotidianas para ajudar no Meio Ambiente**

Para Dias (1994) o indivíduo que possui consciência ecológica utiliza os recursos ambientais de forma sustentada, consumindo o que se pode produzir, sem prejudicar o ambiente para as gerações futuras. O indivíduo que possui consciência ambiental verifica os desperdícios de água do dia-a-dia, banhos demorados, torneiras pingando, lavagens de carros e descargas sanitárias desnecessárias. Corroborando com o autor, Waldman e Schneider (2000) que entendem que o cidadão consciente está atento à economia de energia elétrica e à escassez de água potável além de preocupar-se em produzir lixo biodegradável e colaborar com a reciclagem do lixo.

Nessa dimensão , buscou-se verificar as atitudes em relação ao meio ambiente por parte beneficiários, ou seja, quais atitudes cotidianas em relação ao meio ambiente eles executavam, antes do MCMV, e executam, hoje, com maior frequência. O gráfico 9 demonstra as principais atitudes que aparecem na escolha múltipla de quatro: separar o lixo de sua casa reduzir o consumo de energia, eliminar o desperdício de água, reduzir o consumo de gás.

Gráfico 7: Atitudes cotidianas para ajudar o Meio Ambiente



Fonte: Pesquisa Direta, 2014

Ao analisar do gráfico 6, percebe-se que 100% dos beneficiários têm como a principal atitude reduzir o consumo de energia elétrica em sua casa. Esse dado mostra a preocupação que os beneficiários têm em relação à energia elétrica, de acordo com eles, a redução do seu consumo é de extrema importância, e tem impacto diretamente tanto no financeiro da família quanto para o meio ambiente.

A segunda atitude executada por mais de 83% dos beneficiários, e não menos importante, foi em relação à eliminação do desperdício da água. A crise da água que atinge o Brasil atualmente tem exigido de nós, brasileiros, cidadãos, o uso econômico desse recurso natural. O uso consciente da água hoje passa a ser obrigação por parte de todos e, felizmente, os dados nos mostram que mesmo aqueles com baixa renda, pouco nível de escolaridade, fazem o uso consciente desse recurso hídrico.

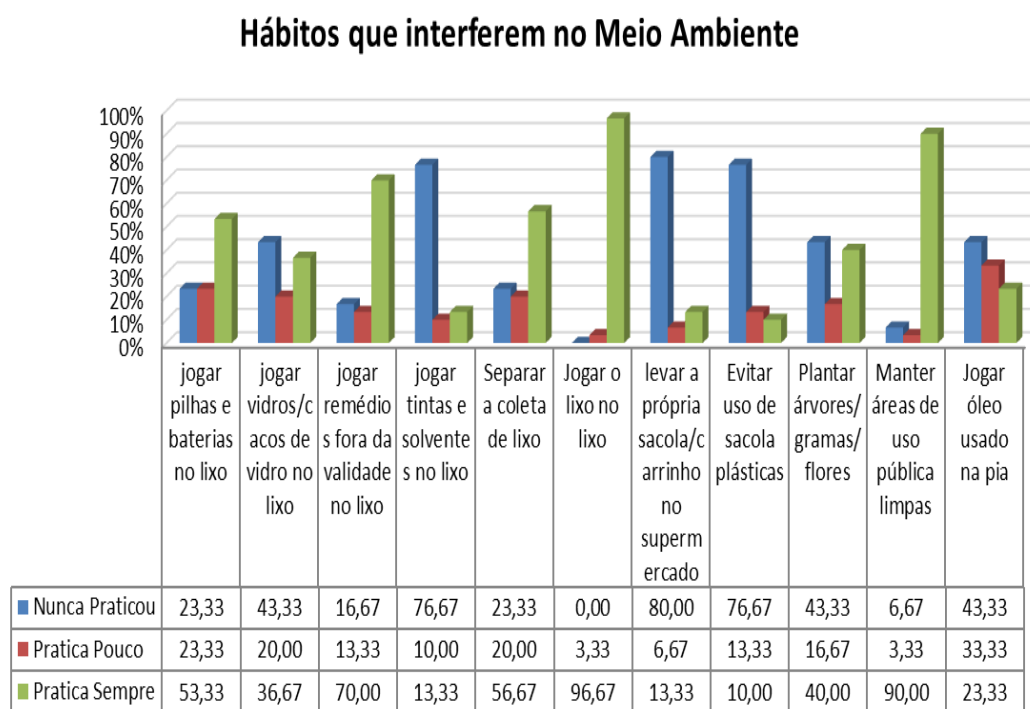
No que se refere a separação do lixo na sua casa, observou-se que 56% dos respondentes separam papeis, vidros, plásticos, latas e restos de alimentos para serem reaproveitados. De acordo com dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2013, disponibilizados pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais- ABRELPE, o Brasil gerou em 2013, cerca de 76.387.200 toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos, e pouco mais da metade desses lixos são destinados a aterros sanitários. A coleta seletiva do lixo, ou resíduos sólidos como assim os catadores de materiais recicláveis preferem chamar, ainda é baixo no Brasil. No Nordeste, segundo a ABRELPE, o número ainda é baixo, apenas 40% dos municípios realizam coleta seletiva. Com isso, a

separação do lixo para reaproveitamento por parte dos entrevistados, pode ser considerada uma boa atitude, tendo em vista os impactos que o lixo causa ao meio ambiente.

#### 4.2.2- Hábitos que interferem no Meio Ambiente

Quanto aos hábitos que interferem no meio ambiente, praticados pelas famílias, foi criado um quadro com 10 (dez) afirmativas, na qual a pessoa entrevistada iria responder: ‘nunca praticou’, ‘pratica pouco’ ou ‘sempre pratica’. As afirmativas foram: 1- Jogar pilhas e baterias no lixo; 2- Jogar vidros/cacos de vidro no lixo; 3- Jogar remédios fora da validade no lixo; 4- Jogar tintas e solventes no lixo; 5- Separar a coleta de lixo; 6- Jogar o lixo no lixo; 7- Levar a própria sacola/carrinho no supermercado; 8- Evitar uso de sacola plástica; 9- Manter áreas de uso pública limpas; 10- Jogar óleo usado na pia. O gráfico abaixo mostra a percepção dos moradores do Residencial Major Veneziano.

Gráfico 8: Hábitos que interferem no Meio Ambiente



**Fonte :** Pesquisa Direta, 2014

Nota-se no gráfico que em relação ao ponto 6 (seis) - jogar o lixo no lixo-, cerca de 96% dos entrevistados responderam que sempre tiveram e tem esse hábito. Embora saibamos que esse seja um hábito mais normal entre as pessoas, ele ainda está longe de ser adotado por todas as pessoas, é só pararmos para observar as ruas da cidade em que moramos, não são todas, mas em boa parte não é difícil de encontrar lixo nas ruas, nos ambientes públicos.

Então, mesmo tendo consciência de que esse ato, o ato de jogar lixo no lixo, seja o mínimo que podemos adotar para a preservação do meio ambiente, nem sempre é adotado por todos. Talvez por isso, pela maioria ter respondido praticar sempre esse hábito, felizmente, 90% dos entrevistados tenha respondido que sempre mantém as áreas de uso públicas, limpa. Como pode ser observado no ponto 10 (dez) do gráfico.

Quanto aos pontos negativos, observa-se que 53,3% responderam jogar pilhas e baterias no lixo, 36,7% jogam vidros/cacos de vidro no lixo e 70% jogam remédios fora da validade no lixo, e que esse hábito costuma ser sempre. É um dado que chama atenção e preocupa, pois todos esses resíduos são prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. É de extrema importância que a população tenha conhecimento do mal que o destino inadequado dado a esses resíduos pode causar.

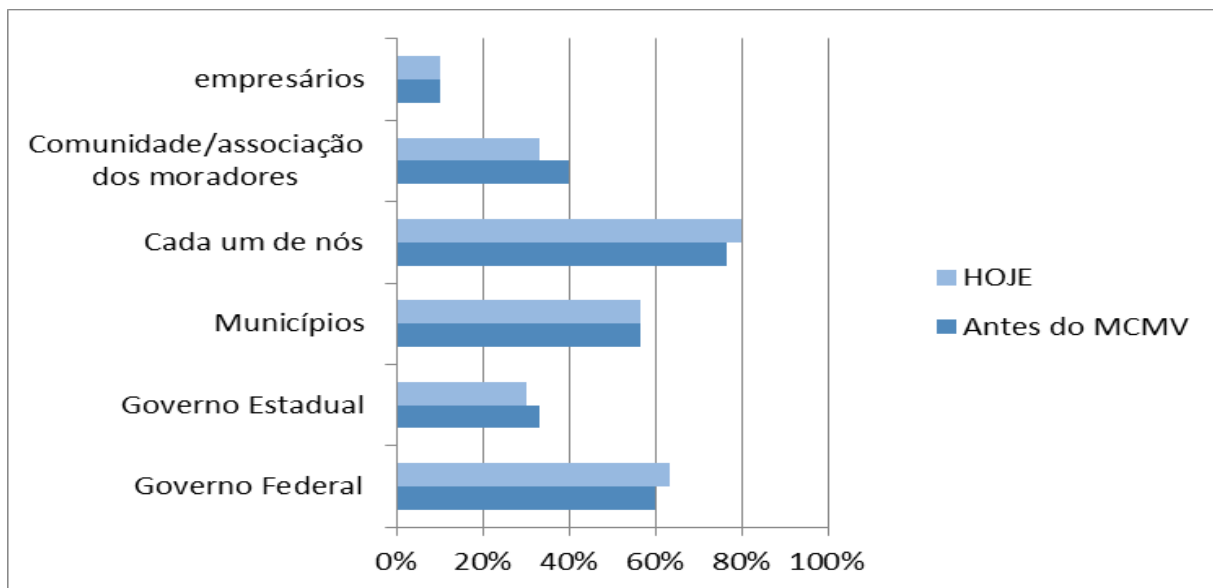
Em relação aos pontos: levar a própria sacola/carrinho no supermercado, 80% responderam que nunca praticou esse hábito e 76% responderem não evitar uso de sacola plástica. Pode-se notar cotidianamente que esse é um hábito pouco utilizado pelos brasileiros, embora tenha pessoas que aderiram esse costume, mas, a maioria da população ainda não tem ou não sabe a importância desse hábito e o quanto fazer uso dele pode contribuir para minimizar os impactos causados ao meio ambiente.

#### **4.3 Dimensão B - Quanto a responsabilidade pela preservação do Meio Ambiente**

##### **4.3.1- Entidades que tem maior responsabilidade na preservação do Meio Ambiente**

Buscou-se nessa etapa analisar quais as entidades, na visão dos entrevistados, são responsáveis na preservação do meio ambiente. Para isso, foi criado um quadro com 12 (doze) nomes de entidades e que cada um iria escolher pelo menos 3 (três). Formam o quadro: 1- Governo Federal, 2- Governo Estadual, 3- Municípios, 4- Cada um de nós, 5- Comunidade/associação de moradores, 6- Organizações internacionais, 7- Empresários, 8- Meios de comunicação, 9- Entidade Ecológicas e/ou ONGs, 10- Cientistas, 11- Igrejas, 12- Militares.

Gráfico 9: Entidades que tem maior responsabilidade na preservação do Meio Ambiente



Fonte : Pesquisa Direta, 2014

Percebe-se no gráfico 8 um acentuado número de respostas para “Cada um de nós”, isso demonstra que os moradores não consideram apenas os organismos governamentais como responsáveis pela preservação do meio ambiente, mas, entendem que exercem papel fundamental no cuidado com a natureza.

Por outro lado, quanto aos entes responsáveis na preservação do meio ambiente, 63% responderam ser o governo federal, 30% o governo estadual e 56% o municipal. Quanto aos três pontos, eles não se tornam apenas responsáveis na visão dos entrevistados, a Lei N.º 6.938, com base nos incisos VI e VII do Art. 23 e no Art. 225 da Constituição, estabelece a Política Nacional de Meio ambiente que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

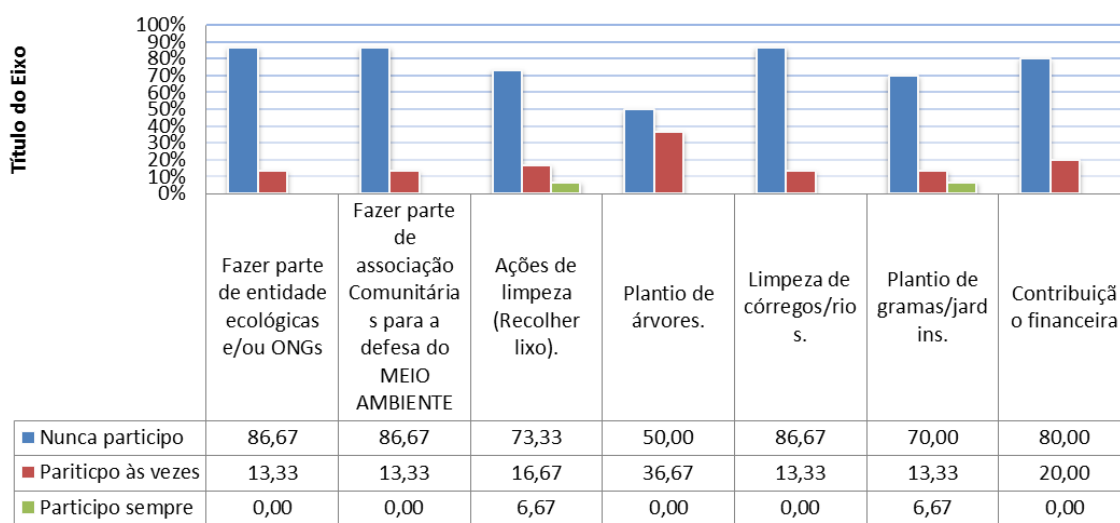
Embora sejam dados favoráveis, pode-se perceber o entendimento sobre de quem é a responsabilidade da preservação do meio ambiente pouco foi afetada pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

#### 4.3.2 Participação em ações para com o Meio Ambiente

Nesta etapa, buscou saber qual é a participação dos entrevistados em ações para com o Meio Ambiente. Seguindo a mesma metodologia adotada nos pontos anteriores, foi criado um quadro com 7 (sete) ações possíveis que os entrevistados participaram ou não. As ações que

compõem o quadro são: 1- Fazer parte de entidades ecológicas e/ou ONGs, 2- Fazer parte de associações comunitárias para a defesa do MEIO AMBIENTE, 3- Ações de limpeza (Recolher lixo), 4- Plantio de árvores, 5- Limpeza de córregos/rios, 6- Plantio de gramas/jardins, 7- Contribuição financeira. Foi criada uma escala, do modo que, em relação a cada ação, eles responderam: nunca participou; participa às vezes; participa sempre. O gráfico abaixo traz esse resultado em percentual.

Gráfico 10: Participação em ações para com o meio ambiente



Fonte: Pesquisa Direta, 2014

Ao observar o gráfico9 percebe-se que mais de 50% dos entrevistados responderam que nunca participam das ações citadas. Dos 30 respondentes, 26 confirmaram nunca ter participado de ações como: fazer parte de entidades ecológicas e/ou ONGs, fazer parte de associações comunitárias para a defesa do Meio Ambiente e limpeza de córregos/rios, o que representa em dados percentuais, 86,6% dos respondentes. Quanto à ações de limpeza (recolher lixo), plantio de gramas/jardins e plantio de árvores, 73,3%, 70% e 50% dos entrevistados responderam, respectivamente, nunca ter participado.

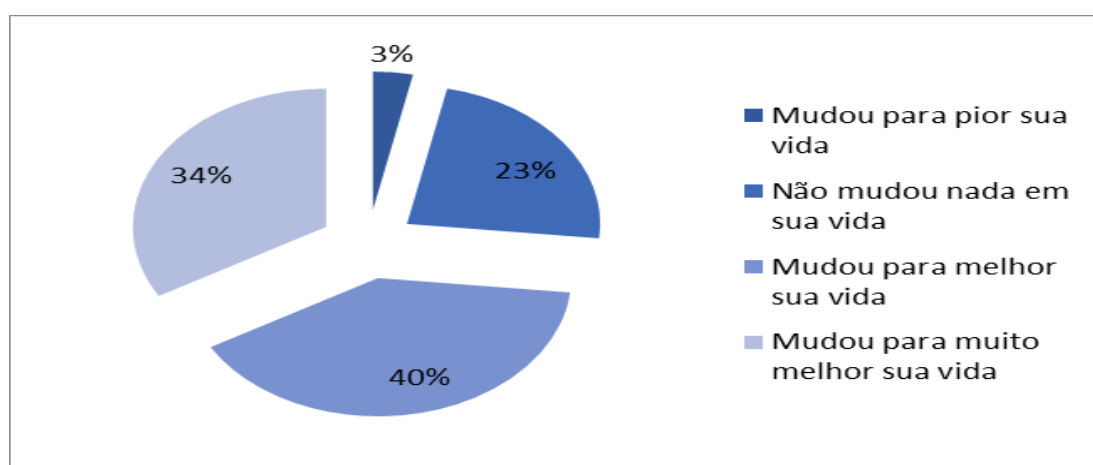
A partir desses dados, nota-se que essas ações pouco têm sido aderidas, levando em consideração que todas as ações expostas no gráfico, apenas 3% dos respondentes praticam sempre os pontos Ações de limpeza (Recolher lixo), 13% Plantio de árvores e 10% Plantio de gramas/jardins. É importante fazer um estudo mais aprofundado, pois, não se sabe ao certo se esses entrevistados não praticam essas ações por falta de vontade ou pela falta de conhecimento da tamanha importância que tem cada ação – o que seria mais provável.

### 4.3.3 Possíveis mudanças após a ida para os residenciais do Minha Casa Minha Vida

A última questão proposta aos moradores pedia que o mesmo escolhesse uma das alternativas sobre a sua mudança de vida ao fazer parte do Programa Minha Casa Minha Vida, vindo a residir no Residencial Major Veneziano. As alternativas eram: mudou a sua vida para pior, não mudou nada em sua vida, mudou para melhor sua vida, mudou para muito melhor sua vida, seguida de um explique por que.

Conforme o gráfico a seguir, a grande maioria dos moradores assinalou as duas últimas alternativas: mudou para melhor sua vida, mudou para muito melhor sua vida.

Gráfico 11: Possíveis mudanças após a ida para os residenciais do MCMV



Fonte: Pesquisa Direta, 2014

As explicações porque isso aconteceu foram feitas em resposta aberta. A tabela 1 apresenta o resultado, lembrando que cada morador poderia citar mais de um motivo para acreditar na melhoria de sua vida depois de vir para o Residencial.

Tabela 1: Explicações das possíveis mudanças após a ida para o Residencial Major Veneziano

MOTIVO CITADO PELOS MORADORES	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Casa própria	2	9%
Deixou de pagar aluguel	7	31%
Trabalho na localidade	2	9%
Segurança	3	16%
Não Disseram	4	17%
Saúde	2	9%
Bem-Estar	2	9%
TOTAL	22	100%

Fonte: Pesquisa Direta, 2014

O número de vezes que foi citado cada um dos motivos e o percentual que foi calculado considerando apenas os moradores que forneceram a explicação, sugerem que a qualidade de vida, na percepção dos moradores, está relacionada a fatores como propriedade, segurança, relacionamentos e acesso a transporte, saneamento básico e energia.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos socioeconômicos e ambientais do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV- no Município de Campina Grande-PB.

Neste estudo, do ponto de vista social, houve um impacto positivo na cidade de Campina Grande, onde foi proporcionado moradia digna ao público alvo, retirando-lhes de condições subnormais para uma situação de melhor status. No fator econômico, além da injeção financeira na economia local com as construções, os beneficiários atualmente possuem um custo orçamentário mensal menor do que antes da casa própria. Um dos fatores que contribuem para tal fato é o não pagamento de aluguel e a redução de taxas sobre água e energia. Quanto aos impactos ambientais, conclui-se que o MCMV pouco tem influência na consciência ambiental dos moradores, tendo em vista que os hábitos e atitudes dos mesmos, em boa parte, são os mesmos antes de terem sido beneficiados pelo programa.

Por outro lado, foi possível constatar com a pesquisa o agravante quanto a acessibilidade das residências, sem considerar a oferta de comércio, serviços, empregos, escolas e outras necessidades básicas nas proximidades. Assim são edificados locais que, ao privarem as pessoas de suas necessidades básicas, geram um baixo nível de qualidade de vida e não despertam o sentimento de pertencimento nos moradores. Precisa-se de estudos mais complexos para fechamentos das lacunas existentes e conseqüentemente o aperfeiçoamento do PMCMV.



## **ABSTRACT**

The housing situation in Brazil is very poor and even when it has housing, the situation of these are precarious. In order to minimize these problems, the federal government has been implementing public policies aimed at increasing the number of families with access to decent housing and consequently reducing the housing deficit, for example, the Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Program. The article aimed to analyze the socioeconomic and environmental impacts of the My Home My Life Program in beneficiary families in the Municipality of Campina Grande, based on the perception of social factors. It is a descriptive and exploratory research. As a data collection instrument, the structured questionnaire was used with open and closed questions, based on models for evaluating the impacts of social programs. The research universe was composed of families assisted by the Minha Casa Minha Vida Project in the Municipality of Campina Grande. After the data collection and analysis, it was verified that the program changed the life of the beneficiary, due to the conquest of the home, to have paid rent, to work in the locality of the residence, as well as to increase security. Based on the results obtained in this research, it is concluded that the Minha Casa Minha Vida Program is a program that has a positive impact on the lives of the families surveyed, and the improvement in its effectiveness becomes more and more necessary.

**KEY WORDS:** Social Impact. Economic Impact. Environmental impact. My Home My Life Program.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. M.; DINIZ, A. C. A. **“Programa Minha Casa Minha Vida” Em Campina Grande- PB: Habitação para Quem?**Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014.

BARREIRA, C. C. M. A. O programa Minha casa Minha vida: Avaliação dos impactos na qualidade de vida e na reconfiguração urbana e socioespacial no entorno de Brasília. 14º EGAL – Encuentro de Geógrafos de América Latina. Perú, 2013.

BRASIL. Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm). Acesso em Acesso em 20/03/2017.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2009/medidaprovisoria-459-25-marco-2009-587252-norma-pe.html>. Acesso em 20 de Março de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Política Nacional de Habitação. **Cadernos Mcidades Habitação 4**. Brasília: Nov., 2004. Disponível em:  
<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>. Acesso em 20 de Março de 2017.

BRITO, F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. de L. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais - Abep. **Anais...** 2001. Disponível em:  
<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT\\_Migr\\_Brito\\_Horta\\_Amaral\\_Text.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Migr_Brito_Horta_Amaral_Text.pdf)>  
Acesso em: 28 de Abril de 2015

BRITO, F.A; PINHO, B.A.T.D. **A Dinâmica no Processo de Urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 2012.

BONDUKI, Nabil. **Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida**. Revista Teoria e Debate, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n.1, p. 71-104, set. 2008;

DENALDI, R. **Políticas de Urbanização de Favelas**: evolução e impasses. Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2003.

FERNANDES, C.C.P; SILVEIRA, S.F.R. **Ações e Contexto da Política Nacional de Habitação**: Da Fundação Casa Popular ao Programa Minha Casa Minha Vida. EMAPEGS, Minas Gerais, 10 e 11 de Junho de 2010.

FERREIRA, D. F. **Impactos sócio-ambientais provocados pelas ocupações irregulares em áreas de interesse ambiental – Goiânia – GO**: Artigo (Pós-graduandos em Gestão Ambiental). Universidade Católica de Goiás, 2005.

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Construbusiness 2007**: 6º Seminário da Indústria da Construção Civil, São Paulo, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Y. S. **A política Habitacional de Campina Grande – PB (1988-2009)**: Artigo (Pós-graduandos em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, 2010.

MARICATO, E. O. “Minha Casa” é um avanço, mas a segregação urbana fica intocada. **Carta Maior**, Maio, 2009.

MORAES, A. G.; et al. **Proposta de um modelo de avaliação e comparação de objetos com base no valor percebido pelo usuário em habitação de interesse social**. s.d.  
Disponível em: <http://www.mrci.com.br/trabalhos/amauri.pdf>. Acesso em 21 de Março de 2017.

NASCENTE, J. P. C.; FERREIRA, O. M. **Impactos sócio-ambientais provocados pelas ocupações irregulares do solo urbano**: estudo de caso do loteamento serra azul. Universidade Católica de Góias. Goiania. Dezembro, 2007.

REIS, F. N. S. C; COSTA, T. de M. T. da; MOREIRA, V. De S. **Avaliação da Focalização do programa “Minha Casa Minha Vida”**. EnAPG – Encontro de Administração Pública e Governo. Salvador, BA, 18 a 20 de nov. 2012.

ROMAGNOLI, A. J. O programa “ Minha Casa Minha Vida: continuidades, inovações e retrocessos. In: Temas de Administração Pública. **Edição Especial**, v. 4, n. 7, 2012.

ROMANELLI, C. Avaliação ambiental estratégica como instrumento para implantação de programas habitacionais – um estudo sobre o Minha casa Minha vida. **Dissertação**. São Paulo, 2013.

SHIMIZU, J. Y. **Projeção de impactos econômicos do Programa Minha Casa, Minha Vida**: Uma abordagem de Equilíbrio Geral Computável. Belo Horizonte, MG, 2010.

SOBRINHO, João Alves. História de Campina Grande em versos. Campina Grande: Academia Brasileira de Literatura de Cordel, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.